

Programa Segundo Tempo Universitário no atendimento ao esporte educacional em uma Instituição de Ensino Superior na região Centro-Oeste do Brasil

Segundo Tempo University Program in the fulfillment of the right to educational sport in a Higher Education Institution in the Midwest region of Brazil

Programa Universitario de Segundo Tiempo en el cumplimiento del derecho al deporte educativo en una Institución de Educación Superior en la región del Medio Oeste de Brasil

Nathan Vinícius Almeida Vargas, Juliana Marta Antunes Ramos, Breno Brey D'auria, Andreza Sumára Gomes dos Santos Roman, Otávio Bonjiovane Lourenço, Dirceu Santos Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil)

Resumo. A prática esportiva apresenta inúmeras manifestações, que ao longo dos anos sofreram modificações. No contexto universitário, com a premissa de assegurar como direito constitucional, em 2009, o Governo Federal, criou a vertente do Programa Segundo Tempo (PST) Universitário, que visa possibilitar ao corpo discente o acesso à prática do esporte educacional. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar o planejamento, a formação e avaliação do PST Universitário na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Para tanto, utilizou-se da pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores e monitores. Os dados foram analisados conforme proposta de Bardin (2009). O planejamento e estruturação do PST Universitário foram realizados pelo coordenador, de acordo com as diretrizes do programa, que não prevê a participação do professor e dos monitores. De acordo com relato dos entrevistados, a formação não foi realizada conforme diretrizes, mas as reuniões de planejamento se mostraram significativas para a formação profissional. O principal impacto do programa avaliado foi na oferta de prática esportiva como direito. Dessa forma, conclui-se que o PST Universitário contribui para o acesso ao esporte educacional do corpo discente, bem como para a formação profissional, conforme previsto nas diretrizes. Contudo, faz-se necessário a participação dos professores na construção do planejamento, haja vista que na implementação existe uma dissociação entre quem planeja e executa.

Palavras-chave: Política Social; Política Educacional; Política Pública; Esportes; Avaliação.

Abstract. The practice of sports presents numerous manifestations, which over the years have undergone changes. In the university context, with the premise of ensuring it as a constitutional right, in 2009, the Federal Government created the Segundo Tempo University Program (STUP), which aims to provide the student body with access to the practice of educational sports. Thus, the present study aims to analyze the planning, formation and evaluation at University PST of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). Descriptive research with a qualitative approach was used, with data collection through semi-structured interviews carried out with professors and monitors. The data were analyzed according to Bardin's proposal (2009). The planning and structuring of the STUP were carried out by the coordinator, in accordance with the program guidelines, which do not provide for the participation of professors and monitors. According to the interviewees' reports, the training was not carried out according to guidelines, but the planning meetings proved to be significant for professional training. The main impact of the evaluated program was on offering sports practice as a right. Thus, it is concluded that the STUP contributes to the student body's access to educational sports, as well as to professional training, as provided for in the guidelines. However, it is necessary the participation of teachers in the construction of planning, considering that in the implementation there is a dissociation between those who plan and execute.

Keywords: Social Policy; Educational Policy; Public Policy; Sports; Evaluation.

Resumen. La práctica del deporte tiene numerosas manifestaciones, que han sufrido cambios a lo largo de los años. En el ámbito universitario, con la premisa de garantizar como un derecho constitucional, en 2009, el Gobierno Federal creó el Programa Segundo Medio (PST) Universitario, que tiene como objetivo facilitar al estudiantado el acceso a la práctica del deporte educativo. Así, el presente estudio tiene como objetivo analizar la planificación, formación y evaluación del PST Universitario en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Se utilizó una investigación descriptiva con enfoque cualitativo, con recolección de datos a través de entrevistas semiestructuradas realizadas a profesores y académicos. Los datos se analizaron según lo propuesto por Bardin (2009). La planificación y estructuración del PST Universitario fueron realizadas por el coordinador, de acuerdo con los lineamientos del programa, que no prevén la participación de profesores y académicos. De acuerdo con los relatos de los entrevistados, la formación no se llevó a cabo de acuerdo con las directrices, pero las reuniones de planificación demostraron ser significativas para la formación profesional. El principal impacto del programa evaluado fue ofrecer la práctica deportiva como un derecho. De esta forma, se concluye que el PST Universitario contribuye al acceso del estudiantado al deporte educativo, así como a la formación profesional, tal como lo prevén los lineamientos. Sin embargo, es necesaria la participación de los docentes en la construcción de la planificación, considerando que en la implementación existe una disociación entre quienes planifican y ejecutan.

Palabras clave: Política social; Política educativa; Política pública; Deporte; Evaluación.

Fecha recepción: 01-07-23. Fecha de aceptación: 06-10-23

Dirceu Santos Silva
dirceu.silva@ufms.br

Introdução

A contemplação do esporte como direito, no Brasil, só ocorreu a partir da Constituição da República Federativa de 1988 (CF-88), em seu artigo 217. O referido documento contemplou a destinação prioritária de recursos para a manifestação do esporte educacional (Brasil, 1988).

Embora contemplado como direito, na década de 1990, houve baixo investimento para o esporte, bem como ausência de um espaço burocrático específico, financiamento e programas (Matias, 2013). Apesar do esporte educacional ser considerado prioritário na CF-88, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), houve uma orientação neoliberal de desoneração do Estado com privilégio dos recursos às entidades federais de administração do esporte, que não tinham como objetivo a democratização do direito, mas sim ligadas ao esporte de alto rendimento (Veronez, 2005).

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi criado o Ministério do Esporte (ME) (2003-2018). A partir da necessidade de atender as demandas históricas quanto ao acesso ao direito, criou-se, no mesmo ano, o Programa Segundo Tempo (PST), com o objetivo de democratizar o acesso ao esporte educacional. O ME ao longo dos anos mudou da agenda de criação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer e passou a priorizar a agenda dos megaeventos esportivos, sobretudo com a organização da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. O Ministério do Esporte foi extinto, em 2019, no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e o setor passou a ser responsabilidade do Ministério da Cidadania (MC) (Neves et al., 2022; Silva et al., 2021; Silva et al., 2023a).

De acordo com Matias (2021), a partir de 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) chegou à presidência e com a justificativa da crise fiscal foi instalada uma agenda econômica neoliberal, que de acordo com Carneiro et al. (2019) foi aprofundada no governo Bolsonaro. Apesar dos “ajustes fiscais”, o PST foi mantido, porém não foi prioritário, conforme indicado no Relatório de Transição do Governo Lula (Brasil, 2022), que inclusive destacou a sua importância social.

Em 2023, com o início do terceiro mandato do governo Lula (2023-atual), o Ministério do Esporte (MESP), publicou novas diretrizes para o PST e abriu edital de chamamento público para novos convênios (Brasil, 2023; Silva et al., 2023b). O PST, em 2003, foi destinado às crianças e adolescentes da rede pública de ensino, com oferta de modalidades esportivas no contraturno escolar, denominado de PST Padrão. O programa passou por delineamentos ao longo dos anos e foi ampliado para mais duas vertentes: o PST Paradesporto, com atividades para pessoas com deficiência a partir dos 6 anos de idade e o PST Universitário, com modalidades esportivas ofertadas ao corpo discente das

Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas (Silva et al., 2021; Silva et al., 2023a).

O PST Universitário surgiu, em 2009, como um projeto piloto e se efetivou como programa, em 2011, desenvolvido por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) entre o ME e as IES. Conforme as diretrizes estabelecidas, o PST Universitário tem como meta atingir 300 beneficiários por núcleo e como objetivo ofertar o esporte educacional como direito, do corpo discente (Brasil, 2016, p.7; Gonçalves et al., 2019).

No que diz respeito à equipe de trabalho do programa, por núcleo, encontram-se: 1 Professor de Educação Física ou Esporte e 3 acadêmicos do curso de Educação Física ou Esporte (monitores), além de 1 coordenador geral, cedido pela entidade proponente (Brasil, 2018; Gonçalves et al., 2019).

Silva et al. (2022) destacaram que a estruturação e implementação de políticas públicas por meio de convênios de programas de acesso ao esporte educacional, no contexto das universidades brasileiras, ainda são recentes, com destaque para a última década.

Apesar do PST Universitário ser um avanço para as políticas públicas no contexto das universidades, a abrangência do programa é limitada se considerarmos a demanda de IES no Brasil. Em dados de um estudo de 2015, a distribuição dos convênios por regiões ocorreu da seguinte forma: 6 na região Sudeste, 3 na região Sul, 1 na região Norte, 3 na região Nordeste e 3 na região Centro-Oeste (Oliveira, 2018).

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) estabeleceu um TED com o Governo Federal, identificado pelo convênio n°. 183/2020, com o período de vigência entre 22 de maio de 2020 a 26 de dezembro de 2023 (Brasil, 2022). O programa está vinculado à Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Esporte, unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão (UFMS, 2023).

A justificativa em pesquisar uma vertente do PST está relacionada ao entendimento da relevância social da política para o acesso ao esporte educacional no atendimento à CF-88, sobretudo no contexto universitário, visto que existe uma lacuna de estudos. Tal fato foi observado por Silva et al. (2023a), ao analisarem o PST por meio de uma revisão sistemática, no período de 2003 a 2021, quando reportaram uma ampla produção científica sobre o PST Padrão, no entanto, foram encontrados apenas 4 (quatro) artigos que tratavam o PST Universitário, o que evidenciou a necessidade de mais pesquisas. A relevância da pesquisa está relacionada a necessidade de soluções do contexto de prática da implementação do programa, que tem ocorrido em diferentes IES do Brasil e os dados presentes podem subsidiar a implementação de futuros convênios. A opção por pesquisar a UFMS, no campus de Campo Grande-MS, ocorreu por decisões operacionais da pesquisa, como: projeto com comitê de ética aprovado e grupo de pesquisa de políticas públicas na

temática; proximidade do convênio e acesso à equipe de trabalho.

Para tanto, foram realizados os seguintes questionamentos: como ocorreu o planejamento das atividades do PST Universitário na UFMS na perspectiva dos professores e monitores? Como desenvolveu-se a formação profissional do PST Universitário na UFMS? Como ocorreu o processo de avaliação e acompanhamento pedagógico no convênio? O objetivo foi analisar o planejamento, formação profissional e avaliação do PST Universitário na UFMS.

Material e método

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que utilizou como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada (Bogdan & Biklen, 1994). Foram entrevistados 5 participantes voluntários: 3 acadêmicos do curso de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), os monitores do programa, 1 professor do curso de Educação Física da UFMS e 1 professora de Educação Física que atuaram no convênio. Optou-se por entrevistar os 2 professores que atuaram em momentos distintos no programa, conforme Figura 1. Vale ressaltar que o tempo de atuação dos sujeitos entrevistados, refere-se à data de coleta, visto que o convênio, encontrava-se em andamento, no momento da coleta dos dados (2022). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS, número do parecer: 3.831.263.

Nº	Gênero	Tempo de Atuação	Função na UFMS	Função no PST Universitário
S1	Masculino	4 meses	Professor do curso de Educação Física	Professor do Núcleo
S2	Feminino	7 meses	Professora de Educação Física	Professora do Núcleo
S3	Masculino	11 meses	Acadêmico de Educação Física Licenciatura	Monitor de Núcleo
S4	Masculino	6 meses	Acadêmico de Educação Física Licenciatura	Monitor de Núcleo
S5	Feminino	11 meses	Acadêmica de Educação Física Bacharelado	Monitor de Núcleo

Figura 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa. Fonte: elaborado pelos autores (2023).

O questionário envolveu questões sobre: a formação profissional; o planejamento e avaliação do programa; os impactos do PST Universitário na vida profissional e na instituição. As entrevistas foram realizadas, entre os meses de outubro e novembro de 2022. Foram gravadas para posterior transcrição e cumpriu com todos os procedimentos éticos. A técnica utilizada para tabulação e interpretação dos dados foi a análise de conteúdo (Bardin, 2009).

É importante destacar que as categorias que compõem a análise foram estabelecidas *a priori*, como uma das alternativas estabelecidas com o intuito de responder à problemática de pesquisa. Dentre as categorias de análise estão: 1)

Planejamento, estruturação e atividades do PST Universitário; 2) Formação Profissional no PST Universitário da UFMS e 3) Avaliação do PST Universitário na UFMS, que serão descritas e analisadas nas seções a seguir.

Planejamento, estruturação e atividades do PST Universitário na UFMS

A primeira categoria foi denominada “Planejamento, estruturação e atividades do PST Universitário”. De acordo com as diretrizes do PST Universitário, há previsão de vigência de 24 meses do convênio: 6 meses de estruturação, que envolve ações que devem ser realizadas com o intuito de iniciar, de forma adequada, o atendimento aos beneficiários, de responsabilidade da coordenação; 17 meses de execução, em que são desenvolvidas as atividades com os beneficiários; 1 mês destinado ao recesso (Brasil, 2018).

O planejamento antecede o período de execução das atividades do convênio, denominado pelas diretrizes como fase de estruturação, não há previsão de participação dos professores e monitores, já que a responsabilidade é da coordenação. Em conformidade, os sujeitos entrevistados relataram em suas falas:

[...] a parte da gestão eu particularmente não participei antecipadamente, porque eu participei de um edital, que selecionou os professores após a implantação do programa na universidade (S1).

[...] Bom, esse processo de articulação para poder conseguir o convênio com o Ministério da Cidadania, a gente não participou. Eu acredito que tenha participado a coordenadora (S4).

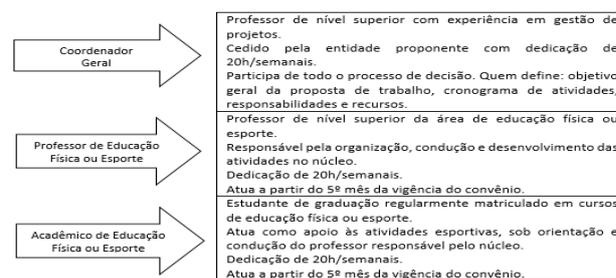


Figura 2. Profissionais no PST Universitário. Fonte: Brasil (2018).

Embora seja um momento relevante para posterior execução do convênio, de acordo com as diretrizes do PST Universitário de 2018, com exceção do coordenador geral, o professor e monitores passaram a atuar a partir do 5º mês de vigência do convênio (Brasil, 2018), conforme Figura 2. Condição que pode comprometer a visão de totalidade quanto ao desenvolvimento do programa.

Apesar das implicações negativas que envolvem a fase de planejamento, que ficou a cargo apenas do coordenador e com a ausência dos outros profissionais do programa, essa é uma característica que não se restringe apenas ao PST Universitário. Outros programas, que funcionam no modelo de convênio e que estão vinculadas ao MESP, também possuem uma lógica de funcionamento similar e conta com a participação de professores e monitores após a fase de planejamento como é o caso do PST Padrão e do Programa Academia e Futebol (PAF) (D'auria et al., 2022; Silva et al. 2023a).

O envolvimento dos monitores em todo o processo do PST Universitário consiste em um fator relevante que deveria ser previsto no planejamento, sobretudo em um programa que se estabelece em um ambiente de ensino.

No convênio analisado, na fase de estruturação, ocorreu um período de divulgação e de inscrição dos beneficiários. A divulgação foi realizada por meio do site e redes sociais da UFMS, as inscrições ocorreram de 10 a 18 de março de 2022. O início das atividades foi marcado para o dia 28 de março de 2022 (Comineti, 2022). Inicialmente foram propostas 5 turmas, que contemplavam esportes coletivos e individuais, conforme o Figura 3.

HORÁRIOS	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
12 às 13h30		T4 Complexo Aquático Hidroginástica (P.M1,M2 e M3)	T3 Complexo Aquático Natação (P.M1,M2 e M3)	T4 Complexo Aquático Hidroginástica (P.M1,M2 e M3)	T3 Complexo Aquático Natação (P.M1,M2 e M3)
17h às 18h30		T5 Academia Escola Musculação (P.M1,M2 e M3)		T5 Academia Escola Musculação (P.M1,M2 e M3)	
18h30 às 20h		T2 Quadra 3 Esporte de Invasão (P.M1,M2 e M3)	T1 Ginásio Coberto Esporte de marca e com rede divisória (P.M1,M2 e M3)	T2 Quadra 3 Esporte de Invasão (P.M1,M2 e M3)	T1 Ginásio Coberto Esporte de marca e com rede divisória (P.M1,M2 e M3)

P = Professor
M1 = Monitor 1
M2 = Monitor 2
M3 = Monitor 3

Figura 3. Quadro de horários do PST Universitário. Fonte: Comineti (2022).

No que diz respeito às atividades e aos horários disponíveis das atividades ofertadas, o estudo realizado por Gonçalves et al. (2019), ao investigar um convênio do PST na Universidade Federal de Viçosa (UFV), reportou uma estruturação diferente de horários. Para além das atividades esportivas, foram ofertadas as “atividades complementares”, que ocorriam uma vez por mês, no final de semana, aos sábados, abertas aos beneficiários inscritos, comunidade e acadêmicos em geral, com o objetivo de ofertar práticas esportivas de forma ampliada.

Nesse sentido, é importante que sejam criadas estratégias para que o acesso ao esporte seja ampliado. Para Athayde et al. (2016), o esporte é elemento fundamental para o exercício da cidadania, uma vez que possibilita diferentes formas de relação com o mundo, constituindo-se como elemento social e cultural.

Quando questionados sobre o início das atividades do PST Universitário na UFMS, os entrevistados apontaram que ocorreu um atraso devido à pandemia da Covid-19, mas posteriormente foi liberada às atividades. Vale ressaltar que a pandemia da Covid-19 teve efeitos deletérios na realidade

brasileira, as atividades presenciais foram suspensas e houve uma transformação das relações sociais (Silvestre et al., 2023). Durante a execução do programa ocorreram algumas mudanças nas turmas ofertadas, com a troca de Hidroginástica por Natação e o acréscimo de uma nova turma de Musculação, pois a Hidroginástica estava com baixa frequência de beneficiários, enquanto Natação e Musculação estavam com uma alta procura, como vemos nos trechos a seguir:

“[...] funcionaram desde o início a partir do momento que o recurso foi liberado. Nós tivemos mudança de atividade sim, por exemplo, nós tínhamos hidroginástica, quando eu entrei a gente estava com 5 alunos e alunas e dali a pouco não ia mais ninguém, chegou um ponto que a gente estava com 1 aluno frequentando a hidroginástica e uma lista de espera gigante para natação. Então a gente consultou a coordenação do programa, que consultou a quem ela devia e trocamos, tiramos a hidroginástica e colocamos a natação, então agora nós temos 2 turmas de natação. Outra coisa foi a implementação de uma nova turma na musculação, a gente tinha 1 turma e agora a gente tem 2 turmas” (S2).

Nota-se que foi preciso realizar um ajuste para atender à demanda da comunidade. Tal situação, remete à necessidade de um planejamento coletivo, como forma de atender aos interesses do público-alvo.

Embora haja previsão nas diretrizes do PST Universitário, de um controle social na execução das atividades do convênio, por meio do “[...] acompanhamento sistemático que o cidadão - individualmente ou por meio de suas entidades associativas e representativas” (Brasil, 2018, p.15), não existe essa previsão no planejamento do convênio. O programa buscou atender ao corpo discente, ao realizar as mudanças nas turmas, no entanto, observa-se a ausência de estratégias que de fato materializam a participação durante as fases de planejamento, estruturação e execução. Tal discussão se torna relevante no que se refere ao desenvolvimento do programa, que tem como premissa atender um número estimado, contudo precisa estar alinhado à realidade dos participantes.

Para Silva et al. (2022), o PST Universitário, embora apresente um modelo fechado, realizado por edital, o que permite poucas adaptações, a consulta aos beneficiários sobre as modalidades esportivas é de grande relevância. Trata-se de um desafio que envolve a participação dos beneficiários no programa, que buscam a criação de novas modalidades que atendam aos seus interesses.

Em relação às dificuldades encontradas durante a execução das atividades, foi reportado um número alto de profissionais para ministrar uma mesma aula, já que atua o professor e os três monitores em todas as turmas, conforme entrevistas a seguir:

“[...] “é que eu não vejo necessidade de ter os três monitores para administrar uma aula, né? Eu acho que essa minha principal crítica” [...] (S5).

“A única questão, acho que talvez que esse ano o plano de trabalho foi com que todos os monitores e o professor estivessem na mesma oficina (turma), e aí acaba diminuindo o número de oficinas e tendo muito professor na aula, e acabou diminuindo um pouco a intervenção em algumas práticas” (S4).

Percebe-se que a forma de atuação determinada para os monitores limita o quantitativo de atividades ofertadas, o que reduz o acesso ao programa. Outro ponto a ser considerado diz respeito à sobreposição de funções, uma das principais dificuldades de execução das atividades, já que os monitores destacaram a ausência de um espaço mais amplo para atuação e formação profissional, discussão que será aprofundada na próxima seção.

Em relação aos planejamentos realizados no programa, é importante destacar que existe a estruturação realizada antes do início da execução do programa e o planejamento semanal, em que são definidas as atividades que serão ofertadas no decorrer do programa em funcionamento.

Quanto ao planejamento das atividades semanais desenvolvidas no núcleo, em atendimentos às diretrizes do PST Universitário de 2018, as reuniões ocorriam presencialmente nas segundas-feiras para o alinhamento das ações. As reuniões possibilitaram a adequação das atividades às necessidades do público, referenciadas por estudos científicos, bem como a troca de experiências, como forma de ofertar as atividades que dialoguem com os participantes e que atendam às diretrizes do programa.

Ademais, o planejamento permitiu discutir as dificuldades encontradas e as lacunas na formação de alguns monitores para ministrar algumas modalidades esportivas, o que permitiu uma aproximação com a realidade da atuação profissional. Dessa forma, possibilitou que o(a) professor(a) auxiliasse os monitores na condução da prática, conforme relatos:

“[...] foi mantido uma reunião semanal para fazer os planejamentos. Eu achava bom, questão de aprendizado, para melhorar o planejamento, ter alguém ali para poder ajudar o bolsista [...]” (S4).

“[...] antes de iniciar os treinamentos, a gente fazia algumas reuniões de planejamento, principalmente por causa da natação e da hidroginástica, que era um problema nosso para poder ministrar as aulas e o professor, na natação, ele ajudou bastante no começo” (S5).

Constata-se que as reuniões semanais foram compreendidas como uma oportunidade de ajustar o que estava em desacordo com o desenvolvimento do programa. Todavia, no decorrer do convênio, houve algumas alterações: substituição de professor e mudança nas reuniões de planejamento, que passaram a acontecer de forma remota. Os monitores tinham que encaminhar o planejamento semanal, por e-mail, para o professor(a), que realizava as sugestões devidas, conforme relato:

“No começo a gente até realizava presencialmente mesmo. Depois, hoje em dia, a gente faz em casa e tem um

certo horário lá para enviar, tem que enviar até às 17:00. [...]”

Ela (professora) olha o planejamento, vê se está tudo certo, se não tiver ela manda refazer e se tiver a gente ministra as aulas” (S5).

Em suma, o planejamento é essencial para atuação profissional, já que permitirá atender e alcançar os objetivos estabelecidos nas diretrizes do programa, bem como ajustar as necessidades de seu funcionamento. Em concordância, Silva et al. (2022) afirmam que o planejamento é essencial para a adequação do programa. Gonçalves et al. (2018) reportaram que, na distribuição de horas de trabalho dos monitores, há uma ênfase nas atividades práticas. Dessa forma, foi possível perceber que a fase do planejamento não cumpriu o que de fato estava estabelecido, por intermédio das modificações que ocorreram durante o processo.

Formação profissional no PST Universitário na UFMS

A segunda categoria foi denominada de “Formação profissional no PST Universitário na UFMS”. De acordo com Garcia (1992) e Imbernón (2011), a formação profissional envolve diferentes etapas: a formação inicial corresponde ao curso de graduação e envolve a transição entre o estudante e o professor; a formação continuada surge como elemento central para suprir as lacunas da formação inicial, e envolve os espaços coletivos e dialéticos de valorização e aperfeiçoamento profissional contínuo. Para Garanhani e Tassa (2013), a formação para intervenção em programas sociais esportivos é fundamental para efetivação da ação política e o profissional deve ressignificar a prática, compreender a metodologia e o deve saber, fazer e ser. Essa conceituação inicial do que é formação profissional é essencial para a análise da presente categoria.

De acordo com Oliveira et al. (2016), a estruturação da formação do PST e das suas vertentes (como o PST Universitário) deve envolver a “Capacitação Pedagógica” e o “Material Didático”. No início das atividades deve ocorrer a “Capacitação Pedagógica” com os profissionais, com o objetivo de alinhar às diretrizes, que são ministradas pelas Equipes Colaboradoras (ECs). O “Material Didático” envolve os livros produzidos e que fundamentam a ação prática. Silva et al. (2021) acrescentam que as formações são realizadas pelas ECs, constituídas por professores das IES de diferentes lugares do Brasil, com o objetivo de realizar a formação profissional e prestar assessoria e acompanhamento pedagógico para os núcleos de atendimento.

Quando questionados sobre as formações, os sujeitos entrevistados relataram que não ocorreu nenhuma ação das ECs antes do início das atividades do núcleo. Tal questão foi destacada por Silva et al. (2021), ao analisarem outro convênio do PST Universitário na UFMS, em 2017, o qual também não recebeu formação por parte das ECs, apenas o acompanhamento pedagógico.

Fato que difere do convênio analisado por Gonçalves et al. (2019, p. 155), na UFV, firmado no ano de 2012, pois

recebeu as formações e o acompanhamento das ECs, além disso “[...] os coordenadores e acadêmicos trabalham cotidianamente com a supervisão local dos coordenadores institucionais, professores vinculados à UFV que acompanhavam a execução da proposta”. Neste estudo foi evidenciado a ausência de acompanhamento pedagógico, embora haja previsão nas diretrizes.

É importante destacar a relevância do processo de acompanhamento pedagógico, o estudo de Starepravo et al. (2012), analisou o funcionamento das ECs, a partir da percepção de seus integrantes. Foi identificado que seu trabalho implica nas ações dos núcleos, pois desempenham um papel pedagógico, junto aos coordenadores e monitores. As ECs desenvolvem um processo de formação, quanto à fundamentação teórica, a partir das diretrizes nacionais, bem como contribuem na gestão dos núcleos.

Apesar de não receberem a formação por parte das ECs, os sujeitos entrevistados destacaram que ocorreu uma formação em serviço ofertada pelo (a) professor (a) sobre as diretrizes do programa e seus objetivos, conforme relatos:

“Quando eu fui selecionado para professor, também foram selecionados os monitores. A partir desse momento, eu passei a me reunir com os monitores, estudamos os princípios, as diretrizes do programa, estudei antecipadamente e depois fiz uma formação, eu mesmo fiz uma formação com os monitores do PST Universitário do núcleo da cidade universitária. Fora isso, a gente não teve nenhuma outra formação” (S1).

Com base no relato, a falta da formação proposta pelas ECs, dificultou a atuação profissional, já que os entrevistados relataram que não cursaram todas as disciplinas da formação inicial (curso de graduação), que assegurarem os conteúdos trabalhados no programa:

“Bom, a nossa formação, a princípio, foi de acordo com as modalidades, foi no nosso âmbito acadêmico, com as disciplinas que a gente teve ao longo do nosso curso” (S3).

“[...] a natação, no nosso curso, por exemplo, foi uma disciplina que ficou dois anos sem ser ofertada. Ou seja, a gente não teve uma formação para dar essa disciplina” (S5).

Em relação à percepção dos sujeitos sobre a formação, os entrevistados relataram ter uma contribuição para sua vida profissional, principalmente para os monitores, que atuaram no PST Universitário em diversas modalidades esportivas, o que ultrapassou as práticas corporais que tem mais afinidade. Com isso, aproximou-se da realidade da atuação de um professor de Educação Física que ministra diferentes modalidades na vida profissional.

“Na minha vida profissional, acredito que foi muito proveitoso, porque como disse anteriormente, tem algumas modalidades que a princípio não seriam do meu interesse, por exemplo, o próprio voleibol, estudei, só que se chegasse na hora de ir a uma escola, por exemplo, dar uma aula de voleibol, teria algumas coisas que eu não saberia passar da melhor maneira, então o PST Universitário me auxiliou bastante com isso” (S3).

Para Silva et al. (2021), a participação no PST Universitário possibilita aos monitores, o aprendizado de métodos de ensino diversificados e vivências para além do curso de graduação, corresponde a um espaço de desenvolvimento profissional docente, que tem aproximado o acadêmico da atuação da prática como professor.

Embora o convênio analisado não tenha recebido nenhuma formação das ECs, identificou-se que a ação de formação em serviço oferecida pelo professor do núcleo foi importante para o processo de desenvolvimento profissional. Porém é importante refletir sobre o papel do Estado neste processo, para além de financiador do projeto (Silva et al. 2022).

O Estado tem responsabilidade de realizar o processo de formação junto aos professores e monitores, com o objetivo de apoiar o funcionamento do convênio, mas como relatado, nem sempre cumpri o que é previsto por diretrizes.

Os estudos de Araújo et al. (2012) e de Rodrigues et al. (2012), os quais entrevistaram professores que receberam a formação por parte das ECs, apontaram para a relevância do momento, além da importância dos materiais didáticos recebidos, elementos que contribuíram para enfrentar as dificuldades complexas do cotidiano das aulas, além de possibilitar as vivências de diferentes modalidades.

Com isso, é importante refletir sobre a ausência de formação profissional no convênio analisado. Rodrigues et al. (2012) destacaram que o PST possui pressupostos teóricos-metodológicos que se apresentam de forma clara e intencional em suas diretrizes e materiais didáticos. A formação realizada por parte das ECs era parte integrante do processo de consolidação desses pressupostos na prática cotidiana dos agentes envolvidos. Dessa forma, a ausência da formação se constitui como uma dissociação do processo de planejamento, com implicações na própria materialização desses pressupostos fundamentais do programa. O PST Universitário da UFMS buscou em suas reuniões semanais, sanar essa discrepância, conforme relato dos entrevistados.

Avaliação do PST Universitário na UFMS

A terceira categoria foi intitulada de “Avaliação do PST Universitário na UFMS” na aferição da ação política com base nas diretrizes e como os sujeitos avaliam as atividades planejadas. De acordo com Pizani et al. (2020) é previsto nas diretrizes que haverá acompanhamento e avaliação por meio de visitas *in loco* nos núcleos, a partir do acompanhamento das ECs, conforme Figura 4.

Os sujeitos foram questionados sobre as avaliações realizadas no convênio do PST Universitário. Observa-se que nos primeiros meses não ocorreu nenhuma avaliação do programa com os profissionais. No decorrer do convênio, até a data de coleta das entrevistas, não ocorreu nenhuma avaliação por parte das ECs, embora previsto nas diretrizes uma assessoria. A única avaliação realizada foi com os beneficiários, no formato de sugestões por e-mail e por questionário.

nários em grupo de *WhatsApp*, conforme trechos das entrevistas:

“Durante os meses que eu estive nós não passamos por nenhuma avaliação, não realizamos e também não passamos por nenhuma avaliação” (S1).

“Não, ainda não teve uma avaliação concreta, porque o programa na verdade vai estar ocorrendo até agosto do ano que vem” (S3)

“[...] mas a gente faz a avaliação com os alunos, participantes, via e-mail ou a gente pede para eles mandarem para a gente quando eles têm opiniões, sugestões” (S2).

“Cada modalidade tem um grupo no *WhatsApp*, a coordenadora, ela mandou um questionário avaliativo em cada grupo e aí os usuários responderam por meio disso, mas eu não sei te dizer quais foram as perguntas ali, porque sinceramente eu não abri, não respondi” (S5).



Figura 4. Avaliação e acompanhamento pedagógico do PST Universitário. Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Diretrizes do PST Universitário (Brasil, 2018).

Sabe-se que a avaliação é essencial para o desenvolvimento do programa, pois dessa forma será possível certificar que as estratégias adotadas, os planejamentos criados, entre outros pontos, estão em concordância com as diretrizes. Com isso, ressaltamos a importância da avaliação para uma melhoria dos núcleos do PST Universitário e o papel do Estado para que tal ação seja materializada, ao disponibilizar equipes para que façam o acompanhamento pedagógico. Em conformidade, Silva et al. (2022) destacaram que a avaliação é uma ferramenta importante para realizar alterações ao longo do processo de execução de convênios.

Em relação à infraestrutura esportiva para a realização das atividades, os entrevistados responderam que os equipamentos esportivos da UFMS conseguiram atender a demanda das atividades ofertadas pelo núcleo, entretanto, relataram algumas falhas existentes. A principal falha é estrutural, nas quadras esportivas existem diversas goteiras, de modo que em dias de chuva, os espaços físicos ficam molhados e impossibilitam a prática do programa, o que gera a suspensão da aula, conforme trechos das entrevistas:

“Para as atividades que estavam previstas no núcleo que eu participei, a infraestrutura é boa [...] o único ponto que chegou a nos atrapalhar durante o desenvolvimento das atividades foi quando a gente tinha chuva e as atividades eram na quadra coberta. A cobertura tinha e tem ainda bastante falha, tem muitas goteiras e, por vezes, nós precisamos cancelar a atividade” (S1).

“[...] a gente tem que desmarcar a aula porque a quadra fica inutilizável em dias de chuva e a piscina também é aberta e não é aquecida, então a gente tem que desmarcar a aula em dias de chuva” (S2).

“Bom, depende da modalidade, no caso da natação acho que o espaço adequado, teve algumas melhorias no espaço do Complexo Aquático, então para o projeto a princípio está de bom tamanho. Agora para as modalidades coletivas em si, o ginásio, as quadras esportivas da UFMS têm alguns problemas muito claros aqui, o teto, muitas goteiras aqui quando chove” (S3).

No que diz respeito à infraestrutura esportiva, não existe um planejamento de manutenção para que as atividades aconteçam. Em relação aos impactos na vida profissional dos entrevistados, foi reportado que está diretamente ligado com a formação profissional (categoria 2), relacionada ao acúmulo de experiência para sua atuação como professor de Educação Física, principalmente para os acadêmicos que estão na formação inicial. Dessa forma, o programa corresponde a um espaço único para aqueles que atuam no convênio, conforme trechos das entrevistas:

“Na minha vida profissional, impactou positivamente porque eu consegui fazer a parte prática da Educação Física porque minha formação contou com boa parte na pandemia e eu não tive estágio presencial, mas os estágios foram todos online” (S4).

“Você monta um plano de aula pensando que vai ser de uma forma X, você chega lá e é de uma forma Y. Isso daí você não consegue ter noção disso numa aula prática dentro da grade curricular. Você só vê isso dando um treino mesmo sozinha, você e você, sem um professor, sem alguém ali para te ajudar e sinceramente, se eu não tivesse entrado no PST Universitário, eu não teria participado de modalidades, eu já fazia estágio em academia, então na musculação aqui do PST Universitário eu não tive dificuldade nenhuma. Mas na questão dos esportes já foi diferente, porque eu não tinha essa vivência. Então, para mim, foi muito bom” (S5).

Compreende-se que a experiência no programa em questão é de grande valia para a formação acadêmica. Dessa forma, impacta diretamente na discussão referente à importância do planejamento, que auxiliará de forma positiva na sua atuação e refletirá na sua formação profissional.

Em relação ao impacto para a instituição, foi observado que está ligado ao objetivo geral do PST Universitário de garantir o acesso ao esporte educacional ao corpo discente (Brasil, 2018, p. 6). O núcleo atingiu esse objetivo ao oferecer diversas atividades à comunidade acadêmica:

“[...] para a universidade eu vejo que tem um impacto positivo na medida em que você oferece, disponibiliza na verdade, a oportunidade para que a comunidade acadêmica se envolva de fato com a prática esportiva, uma prática esportiva orientada, uma prática esportiva planejada e que tenha um objetivo pré-estabelecido, então não é aquela prática esportiva aleatória ou espontânea, então por esse ponto

eu acredito que é uma vantagem muito boa” (S1).

“[...] objetivo do programa é democratizar a prática da atividade física nas universidades brasileiras, né? [...] Então, levando em consideração o objetivo do programa, eu acredito que seja isso que a UFMS espera, eu acho que está sendo cumprido. É realizado, tem uma integração entre não só universitário e servidor, mas monitor também [...] eu vejo usuários falando que ano que vem querem participar da seletiva do vôlei, por exemplo, que era uma coisa que hoje em dia, no começo desse ano, não passava na cabeça deles. Então, eu acredito que tenha melhorado ali a qualidade de vida, o interesse pelo esporte e também a socialização” (S5).

Apesar dessa percepção positiva nos relatos da presente pesquisa, Reverdito et al. (2016) destacaram a necessidade da realização de avaliações em um nível macro como forma de verificar se os objetivos foram alcançados, situação que se torna relevante para o desenvolvimento de programas sociais. Dessa forma, seria importante questionar como o PST Universitário é implementado em diferentes regiões do Brasil.

Para Gonçalves et al. (2019), o processo de avaliação deve ser incorporado à rotina das políticas públicas, para que possa fornecer subsídios para a tomada de decisão. Apesar de sua importância, André et al. (2021) destacaram que a avaliação ainda se configura como uma das principais lacunas no desenvolvimento de programas sociais no Brasil, o processo muitas vezes está centrado em métricas quantitativas realizadas ao final dos convênios.

Em conformidade com os dados, identificou-se que o convênio analisado não recebeu um acompanhamento pedagógico sistematizado por parte do Governo Federal, fato que pode ter implicado na ausência de uma estratégia para avaliação, visto que tal ação limitou a aplicação de um questionário.

Conclusões

A partir da análise dos dados coletados, quanto à primeira categoria, foi identificado que a fase de estruturação não contou com os monitores e os professores, situação prevista nas diretrizes. Contudo, é necessária a participação desses profissionais, com o intuito de aproximar mais a realidade do público participante, haja vista que serão eles que estarão em contato direto com os beneficiários e serão os responsáveis na execução das ações. Apesar da participação única do coordenador no planejamento do convênio e a não participação do (a) professor (a) e monitores esportivos na fase de planejamento e estruturação, as reuniões periódicas previstas nas diretrizes foram cumpridas para atender as metas estabelecidas. Destaca-se ainda a importância da realização de planejamento para as aulas, visto que na percepção dos entrevistados, as reuniões foram fundamentais para o desenvolvimento adequado do programa.

Quanto à segunda categoria, foi identificado que as for-

mações previstas nas diretrizes não ocorreram, falha encontrada também em outros convênios do PST Universitário. No geral, o professor responsável tem realizado essa formação no núcleo na ausência das ECs. A formação em serviço por meio das reuniões de planejamento e a atuação nas turmas constituíram como espaços propícios para a formação profissional.

Na terceira categoria, não ocorreu por parte da coordenação, o acompanhamento *in loco* previsto nas diretrizes. Dessa forma, os profissionais não souberam responder sobre a avaliação prevista, o que dissocia das diretrizes, que destaca a necessidade de avaliação processual. Por fim, o programa teve impacto positivo para a vida profissional dos professores e monitores e para a instituição, sobretudo no que diz respeito ao acesso do esporte educacional.

Em suma, ao refletirmos sobre o tripé planejamento, formação e avaliação, os quais constituem importantes elementos para a materialização do PST Universitário, percebemos algumas dissociações entre o que foi proposto como política pública nas diretrizes, o que foi planejado e o que foi implementado.

Como um dos limitadores da pesquisa, está o fato de não termos realizado a entrevista com a coordenação geral do convênio por não ter disponibilidade de participar da pesquisa, o que daria mais informações sobre o planejamento e estruturação. Além disso, pesquisas com outras formas de coleta como o acompanhamento das atividades diariamente são necessárias, já que não existem pesquisas semelhantes na literatura científica, o que demandaria uma pesquisa de campo e que contribuiria para um maior aprofundamento sobre os aspectos gerais aqui analisados. Dessa forma, ressalta-se a importância de novas pesquisas na área, principalmente em convênios do PST Universitário em diferentes regiões do País, que aprofunde os aspectos centrais do programa, planejamento, estruturação, formação profissional, uso da metodologia do programa e avaliação ampla a partir da perspectiva da coordenação, professores, monitores e beneficiários.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001; e 88887.622073/2021-00; com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPQ) – Código de Financiamento 127338/2020-9; com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Referências

André, L. C., Matias, W. B., Athayde, P. F. A., & Silva, D. S. (2022). Revisão Sistemática sobre a Produção Ci

- entífica do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 25 (1), 277-314. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.39106>
- Athayde, P., Mascarenhas, F., de Noronha Figueiredo, P. O. F., & Reis, N. S. (2016). O esporte como direito de cidadania. *Pensar a Prática*, 19(2).
- Bardin L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto editora.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* [Internet]. Diário Oficial da União; Brasília.
- Brasil (2016). *Ministério do Esporte*. Programa Segundo Tempo Universitário – Diretriz. Brasília.
- Brasil (2018). *Programa Segundo Tempo Universitário: diretrizes*. Secretaria Especial do Esporte; Brasília. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/diretrizes/2019_07_10_Diretrizes_PST_Padrao_2018.pdf.
- Brasil (2022). *Extrato de Termo Aditivo N° 1/2022 - UASG 154054*. Diário Oficial da União; Brasília; Seção 3, 10 nov.
- Brasil (2022). *Gabinete de Transição Governamental 2022* [Internet]. Brasília. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>
- Brasil (2023). *Ministério do Esporte - Seleção Pública de Propostas para apoio financeiro aos projetos voltados à implementação e desenvolvimento do Programa Segundo Tempo - PST Universitário*. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-segundo-tempo-pst>
- Carneiro, F. H. S., Athayde, P. F. A., & Mascarenhas, F. (2019). Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. *Motrivivência*, 31(60). <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e65541>
- Cominetti, A. (2022). *UFMS promove atividades esportivas para crianças, adolescentes e universitários em Campo Grande e Corumbá*. UFMS, Campo Grande. Disponível em: <https://www.ufms.br/ufms-promove-atividades-esportivas-para-criancas-adolescentes-e-universitarios-em-campo-grande-e-corumba/>
- D'auria, B. B., Carneiro, F. H. S & Silva, D. S (2022). Programa de Academia y Fútbol: un Primer Análisis de un Programa Deportivo en Instituciones de Educación Pública. *Retos*, 46, 190-198. <https://doi.org/10.47197/retos.v46.93604>
- Garanhani, M.C., & Tassa, K. O. M. E. (2013). Formação profissional para atuação em projetos sociais: no foco a formação de professores no "Programa Segundo Tempo". *Movimento*, 19(4): 273-278. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.39285>
- Garcia, C. (1992). A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In Nóvoa, A. (coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, p. 51-76.
- Gonçalves, V. L., Silva, D. S., & Marins, J. C. B. (2019). A avaliação do programa segundo tempo universitário na Universidade Federal de Viçosa. *Revista Brasileira Ciência do Movimento*, 27(1): 150-163. <https://doi.org/10.31501/rbcm.v27i1.9689>
- Imbernón. F. (2011). *Formação Docente e Profissional – Formar-se para a mudança e a incerteza*. 9ª ed. São Paulo: Cortez.
- Matias, W. B. (2013) A Política Esportiva do Governo Lula: O Programa Segundo Tempo. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 16(1): 1-23. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2013.686>
- Neves, L. H. D. V. das, Silva, D. S., & Salerno, M. B. (2022). Políticas Públicas para o Paradesporto: Programa Bolsa-Atleta Paralímpico no Mato Grosso do Sul/Brasil. *Movimento*, 28, e28076. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.121047>
- Oliveira, A. A. B., Biconsini, C. R., Teixeira, F. C., Kravchychyn, C., Barbosa-Rinaldi, I. P., Reppold Filho, A. R. (2016). Formação continuada em projetos e programas sociais esportivos: um estudo de caso. *Movimento*, 22(3): 901-916. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.57304>
- Oliveira, N. R. C. (2018). *Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Universitários: Primeiras Aproximações*. In: Oliveira, N.R.C. (Org.) *Qualidade de Vida, Esporte e Lazer no Cotidiano Universitário*. Campinas, SP: Papyrus, p. 43 - 48.
- Pizani, J., Barbosa-Rinaldi, I. P., Kravchychyn, C., Teixeira, F. C., Reppold Filho, A. R., Oliveira, A. A. B. (2020). Monitoring and pedagogical support of “segundo tempo” program of ministry of sports. *Journal of Physical Education*, 31(1), e-3105. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3105>
- Rodrigues, H., Rufino, L. G. B., Júnior, O. M.S, & Coutinho, S. S. (2012). O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições. *Motrivivência*, (38), 108-122. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n38p108>
- Silva, D. S., Borges, C. N. F., Roeldes, A. D. (2014). Políticas Públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória - ES. *Revista Brasileira Ciência Esporte*. 36 (3): 640-647. <https://doi.org/10.1590/2179-325520143630007>
- Silva, D. S., Ribeiro, O. C. F., Silvestre, B. M., & Salerno, M. B. (2021). Copa Mundial de la FIFA y Juegos Olímpicos y Paralímpicos en Brasil: legados en la ciudad de Campinas-SP (FIFA World Cup and the Olympic and Paralympic Games in Brazil: Legacies in the municipality of Campinas-SP). *Retos*, 40, 86-94.

- <https://doi.org/10.47197/retos.v1i40.82617>
- Silva, D. S., Donadon, P. V. B. S., Salerno, M. B., D'auria, B. B., & Gonçalves, L. L. (2021b). Desenvolvimento Profissional Docente no Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Movimento*, 27, e27032. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.111746>
- Silva, D. S., dos Santos, S. M., Nunes, G. G. C., Ramos, J. M. A., & Salerno, M. B. (2022). Política Pública Educativa Deportiva: Implementación del Programa Segundo Tiempo Universitario en la UFMS (Educational Sport Public Policy: Implementation of the Segundo Tempo University Program at the UFMS). *Retos*, 43, 797–807. <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.90031>
- Silva, D. S., Ramos, J. M. A., Tonetti, V. de A., & D'auria, B. B. (2023a). Programa Segundo Tempo: uma revisão sistemática da principal política pública de esporte educacional no Brasil. *Movimento*, 29, e29011. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.124377>
- Silva, D. S., André, L. C., & Franco Amaral, S. C. (2023b). Gestión de Riesgos para la Copa Mundial de la FIFA Brasil 2014 en São Paulo (Risk Management of the 2014 FIFA World Cup Brazil in São Paulo). *Retos*, 50, 134–142. <https://doi.org/10.47197/retos.v50.98748>
- Silva, D. S., Melo, G. M., & Paiva, A. V. (2023c). Avaliação de Políticas Públicas de Acesso ao Esporte Educacional: o caso do PST Universitário da UFMS. In: Fernandes, S. J., Silva, F. C. T., Fernandes, M. D. E. *Pesquisas e Produção de Conhecimentos em História, Políticas, Educação*. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS; p. 163-188.
- Silvestre, B. M., Figueiredo Filho, C. B. G., & Silva, D. S. (2023). Trabalho docente e ensino remoto emergencial: extensão da jornada de trabalho e expropriação do tempo livre. *Revista Brasileira de Educação*, 28, e280054. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280054>
- Starepravo, F. A. *et al.* (2012). As Equipes Colaboradoras do programa Segundo Tempo e suas Contribuições para o Desenvolvimento de uma Política de Esporte Educacional. *Motrivência*, 39, 129-141. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p129>
- UFMS (2023). *Manual de Competências de 2023*. Resolução n° 392-CD/UFMS.
- Veronez, L. F. C. (2005). *Quando o Estado joga a favor do Privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988*. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP